

A Sua Excelência  
O Secretário de Estado da Saúde  
Dr. António Lacerda Sales  
Av. João Crisóstomo, 9 – 4.º  
1049-062 Lisboa

Email: [gabinete.ses@ms.gov.pt](mailto:gabinete.ses@ms.gov.pt)

**N. Ref**  
SAI-OE/2020/3121

**V. Ref**

**Data**  
23-03-2020

**Assunto:** Recurso indevido a banco de horas e folgas para Enfermeiros durante o período de pandemia de COVID-19

Excelência,

A Ordem dos Enfermeiros tem vindo a acompanhar com particular preocupação e apreensão as situações vivenciadas nos serviços, as quais tem levado ao Vosso conhecimento dada a sua gravidade e implicações.

Neste contexto, tem sido relatado por inúmeros Enfermeiros a situação que ora reportamos e que se afigura abusiva quanto aos direitos e garantias que aos mesmos se encontram atribuídos.

Assim, a administração de algumas unidades de saúde tem imposto o recurso a bancos de horas, folgas ou férias, a Enfermeiros que se encontram em isolamento social decorrente da necessidade de reorganização de turnos e equipas, atento o particular contexto de pandemia em que nos encontramos, e que por força do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de Março, se encontram em situação de prontidão e prevenção.

A não-aceitação por parte dos profissionais faz com que, neste momento, muitos tenham um número significativo de faltas injustificadas e de horas negativas, de facto, inexistentes, até porque, em inúmeras unidades, nos períodos em que se encontram ao serviço, os profissionais estão a realizar um número de horas muito superior ao seu período normal de trabalho.

Esta situação está a comprometer a estabilidade e a serenidade que o actual momento exige de todos os nossos profissionais de saúde.

Ora, a solução imposta por estes conselhos de administração, para além do enunciado, viola de forma grave as determinações decorrentes do Despacho n.º 2875-A/2020, de 3 de Março, bem como as práticas necessárias ao controlo e mitigação de possíveis cadeias de transmissão nosocomial.

Neste contexto, a solução imposta é inadmissível e exige uma clarificação urgente, não sendo de admitir que as horas detidas pelos profissionais antes deste período, não sejam exactamente coincidentes com as horas detidas no final do período pandémico.



Apelamos assim, para que V. Exa diligencie no sentido de ser conformada a situação descrita ao quadro normativo e regulamentar vigente.

Com os melhores cumprimentos,



**Luís Filipe Barreira**  
Vice-Presidente do Conselho Directivo  
com competências delegadas pela Digníssima Bastonária